

# IMAGINE BRASIL

Entrevista com Eduardo Giannetti da Fonseca

**Entrevistadores:**

Aldemir Drummond

Carlos Alberto Primo Braga

Paulo Paiva

Fale com a gente: [imaginebrasil@fdc.org.br](mailto:imaginebrasil@fdc.org.br)

**Aldemir:** Bom dia a todos. Vamos começar essa conversa com a pergunta formulada pelo Paulo Paiva.

**Paulo:** Eduardo, eu li com muito cuidado e gostei demais do seu discurso na Academia Brasileira de Letras, mas o que eu queria trazer aqui tem muito a ver, no meu juízo, com as discussões que eu encontrei no seu discurso. Entre várias outras coisas muito interessantes, há um fio condutor, que você resgatou de Coelho Neto, sobre a questão ambiental. Você tratou dessa diversidade afro-ameríndia da composição da população brasileira.

Você aponta que os dois trunfos brasileiros para o futuro são a biodiversidade e a sociodiversidade. Então, quando olho para o Brasil, acho curioso, senão triste, que os temas sustentabilidade e diversidade tenham sido apropriados por um pensamento e incluídos na agenda de uma esquerda antiliberal. Um pensamento mais dessa esquerda, que não tem uma conotação muito liberal. E, por outro lado, o pensamento liberal, que hoje predomina no Brasil, critica e rejeita essas duas diversidades.

Você acha que esse é um ponto de incompatibilidade conceitual entre liberalismo e os compromissos com a sustentabilidade, a inclusão e o respeito à diversidade?

**Eduardo:** Essa pergunta me permite ser categórico em relação à resposta. Não há nenhuma incompatibilidade entre respeito à diversidade cultural e socioambiental, de um lado, e liberalismo, tanto econômico como político, de outro. Deixa eu começar dizendo o seguinte: há décadas, estudo a história do liberalismo, especialmente na vertente mais econômica, que nasce no Iluminismo europeu, na segunda metade do Século 18, com os fisiocratas franceses, e tem uma trajetória, desde então, de 300 anos de transformação. Uma das coisas que permitiu ao pensamento liberal se manter vivo ao longo de todo esse tempo é que ele não é um pensamento fechado e definido de uma vez por todas.

O que o mantém vivo é a capacidade de dar resposta aos problemas que cada época coloca – e isso dá a ele uma capacidade de renovação. Então, você tem, por exemplo, em meados do Século 19, uma corrente liberal clássica, capitaneada por John Stuart Mill, que é muito diferente do liberalismo dos iluministas escoceses, por exemplo, como Adam Smith e David Hume.

Um dos meus esportes prediletos é provocar surpresa nas pessoas que acham que sabem o que é liberalismo, evocando coisas que grandes liberais do passado defenderam. Um exemplo entre muitos: a Primeira Revolução Industrial deu grande saliência ao problema da pobreza e da desigualdade na Inglaterra na primeira metade do século 19. John Stuart Mill, em 1848, defendeu uma drástica redução do direito de herança. Como um grande liberal clássico, ele mostra, por A mais B, que não há no direito de propriedade nenhuma exigência de que o direito de *legar* se transforme no direito de *herdar* de quem recebe.

E ele defende que o momento de intervir a fim de reduzir a desigualdade é exatamente na hora dessa transferência de recursos entre gerações. Ele propunha a abolição dos impostos, de modo geral, e a concentração num grande direito de socialização dos legados que uma geração acumula ao longo da sua vida e do seu ciclo produtivo. Podia dar outros exemplos: Adam Smith defendeu um teto legal para a taxa de juros. Não há nenhum dogmatismo nisso...

**Paulo:** Eu estou imaginando a Constituição de 88

**Eduardo:** Mas é bom os liberais saberem que o pai da teoria econômica moderna, adepto pragmático do *laissez-faire* em oposição ao mercantilismo vigente, defende isso. Quer ver um argumento de Adam Smith que virou muito atual? Havia, no passado, uma proposta de adoção do livre comércio no frete marítimo. E Adam Smith, na *Riqueza das Nações*, se coloca contra essa ideia, porque um país como a Grã Bretanha, que é uma ilha, não podia sacrificar a sua segurança, inclusive alimentar, ficando à mercê de uma frota marítima como a holandesa, porque eles eram mais competitivos do que a Grã-Bretanha em fretes marítimos. Ou seja, ficar à mercê de situações imprevistas que poderiam levar o país a ficar sem alimento.

Então, com base no argumento de segurança, ele se posicionou contra o livre comércio em fretes marítimos. Algo que se revelou quase profético porque, logo depois, vieram as guerras napoleônicas e houve o bloqueio continental da Inglaterra, que só venceu Napoleão porque manteve a sua autonomia naval. Então, o liberalismo é extremamente flexível e apto a dar respostas a questões que a época coloca. Nenhuma escola de pensamento se mantém viva se não for capaz de endereçar as situações-problema que a sociedade enfrenta.

Bem, atualizando o raciocínio, para chegar ao ponto do Brasil. A pergunta subjacente aqui é a seguinte: será que existe uma concepção de felicidade válida para todos os povos, para todas as culturas em qualquer tempo ou lugar? Ou será que cada cultura incorpora uma concepção de felicidade?

Se você acredita na primeira hipótese, a receita do desenvolvimento econômico é uniforme e comum para todos os países, pois todos querem chegar ao mesmo resultado e ao mesmo ponto. Mas se você adota o segundo caminho, precisa tentar interpretar qual é a concepção de felicidade, de melhor forma de vida, que define uma cultura e define um povo.

Os economistas, por afinidade eletiva, são universalistas e adotam muito mais a ideia da unidade e da universalidade. Eles usam uma métrica, sobre a qual vamos conversar daqui a pouco, que me parece muito estreita, que é produção média por habitante. Ou seja, é a forma, em última análise, de como é feito o ranqueamento do sucesso ou fracasso das nações.

Eu discordo dela, pois eu acho que diferentes culturas incorporam diferentes concepções da melhor vida. E nós não podemos submetê-las todas ao mesmo critério definidor do que é “dar certo” e do que é “dar errado”. A grande indagação é: qual seria a concepção de felicidade e a forma de vida que melhor reflete a nossa cultura brasileira?

Será que, se tudo “der certo” no Brasil, para colocar em termos mais concretos, nós nos tornamos algo parecido com os chamados “países ricos” ou os estados do sul dos Estados Unidos, como parece pensar a maior parte dos economistas? Ou será que, se tudo “der certo” no Brasil, nós encontraremos um modo de ser que reflita os nossos valores, as nossas preferências e os nossos sonhos de realização? E que não são, necessariamente, aqueles que prevalecem no norte da América ou no norte da Europa.

O Brasil, afinal, é um país que busca ser parecido com as nações que hoje têm uma hegemonia cultural e colonizam, em grande medida, o nosso pensamento? Ou o Brasil pode ter outra aspiração? A pergunta não é uma exclusividade brasileira mas têm pertinência para as culturas que, de algum modo, têm um centro de gravidade próprio. Pode o Brasil alimentar alguma aspiração de originalidade?

Eu ousei desenvolver analiticamente este segundo caminho, no qual cada cultura incorpora um sonho e uma concepção de felicidade, procurando elaborar um pouco os valores centrais da vida brasileira.

Na minha opinião, as duas coisas que nos distinguem no rol do concerto das Nações são, justamente, o nosso patrimônio ambiental, a nossa biodiversidade, e o modo singularíssimo como se fundiram aqui culturas de matrizes muito diversas que, por circunstâncias que escapam da nossa vontade, se fundiram também na nossa forma de vida, a matriz afro-euro-ameríndia.

Os modos como se deram essa mestiçagem, essa mistura de pensamentos, sensibilidades e estéticas na vida brasileira, são os trunfos brasileiros diante de uma civilização em crise. Para mim, portanto, a ideia de um sonho brasileiro e de uma civilização brasileira faz todo sentido. E não é algo xenofóbico, algo que tenha a pretensão de afirmar que nós somos superiores e que o mundo vai acabar se rendendo a nós. De jeito nenhum.

Acredito que outras culturas, como a chinesa, a russa, a mexicana, a turca, entre outras, também têm o seu próprio centro de gravidade. E nós, brasileiros, temos de buscar desenvolver o nosso.

**Paulo:** Excelente.

**Eduardo:** Para completar, gostaria de destacar ainda que este caminho que adoto na história do pensamento brasileiro tem sido mais cultivado por pessoas do mundo das letras e ciências humanas, ou seja, pensadores que não vêm de uma formação em análise da economia e pensamento lógico. E tento trazer, portanto, um pouco de consistência, ou seja, de lógica e visão analítica, para esta possibilidade de que a gente possa conter algum elemento de originalidade civilizatória e cultural.

**Aldemir:** Faz todo o sentido. E acho que essa reflexão se casa muito bem com a ideia de imaginar o Brasil.

**Paulo:** Eduardo, você promove um movimento, lá em Tiradentes, voltado exatamente para pensar o futuro do Brasil, não é?

**Eduardo:** Estou indo para lá, para o Fórum do Amanhã, exatamente para isso. O meu livro *Trópicos Utópicos* nasceu neste ambiente do Fórum do Amanhã. Trata-se de uma tentativa de dar um pouco mais de consistência e de introduzir um elemento mais analítico e mais racional numa vertente de pensamento que é de orientação emotiva, muito visionária e profética. Ela tem pouco compromisso, por exemplo, com o enfrentamento de situações nas quais, para você ter alguma coisa, precisa abrir mão de outras. Porque nem todas as coisas boas do mundo convergem e se complementam, como ensina Isaiah Berlin. Quais são as decisões, muitas vezes difíceis, que têm de ser tomadas para se escolher um caminho?

**Carlos:** Nossa segunda questão é a seguinte: como podemos colocar nessa discussão as gerações futuras? No final das contas, é uma questão sobre distância moral. Quem deveria exercer influência sobre as nossas prioridades? Isso porque, se adotarmos uma visão neoclássica do mundo, vamos utilizar uma taxa social de desconto. Estou exagerando aqui, mas vamos dizer que a gente aplique a Selic... Então, evidentemente, quem vai se preocupar com os ursos polares desaparecendo daqui a duas ou três gerações? Porque, se você desconta isso a 13,75%, o impacto é mínimo. E esse, então, é o debate: como pensar sobre os interesses das gerações futuras?

**Eduardo:** Essa é uma das questões mais árduas, espinhosas e escorregadias da teoria econômica. Até porque, você falou em Selic... mas pequenas variações na taxa de desconto, cumulativamente no tempo, levam a mudanças brutais de resultados. Deixa eu começar essa reflexão com fundamentos calcados no pensamento de Irving Fischer na obra *A Teoria dos Juros*. Ele é um autor que eu passo a admirar cada vez mais, pois ele realmente compreendeu a lógica das escolhas intertemporais.

Depois, a gente vai entrar nas gerações futuras. Porque é melhor receber 500 reais agora do que daqui a cinco anos? Há muitas razões para isso, e a primeira delas é a inflação, pois eu não sei quanto vão valer esses 500 reais daqui a cinco anos. Mas vamos abstrair a inflação e supor que o poder de compra dos 500 reais de agora seja integralmente preservado daqui a cinco anos.

A pergunta, então, é: vale a pena trocar 500 reais de agora por 500 reais de daqui a cinco anos? Isso depende de muita coisa, como: será que daqui até lá a minha capacidade de desfrutar da utilidade que esses 500 reais prometem será a mesma de agora? Talvez não, pois posso ficar doente ou perder o vigor dos sentidos. Mas, se eu receber 500 reais agora, posso desfrutar disso, pois eu sei como estou hoje, mas não sei como posso estar lá na frente. Se eu estiver de cama, sem poder me levantar, os 500 reais não vão representar grandes benefícios para mim.

Mais um argumento: não vale a pena esperar caso eu avalie que hoje sou mais pobre do que serei no futuro. Se eu melhorar minha vida, os 500 reais não vão fazer muita diferença no meu orçamento como fazem hoje. Então, eles valem mais agora do que irão valer no futuro.

Mas você pode pensar em uma outra coisa também: o mundo está tão caótico e tão incerto que eu prefiro me proteger para daqui a cinco anos. Se você me garantir que receberei integralmente os 500 reais lá na frente, eu estou disposto a esperar e me garantir diante das incertezas do futuro. E eu aceito uma taxa de juros negativa, desde que você me garanta o principal lá na frente. Ou seja, essa é uma lógica da taxa de juros negativa.

Quero dizer, portanto, que essa questão de transferência de valores no tempo, que estou apenas ilustrando aqui, envolve uma enormidade de possibilidades e de hipóteses de como será o mundo lá na frente.

Vou dar um exemplo concreto com base em algo que estudei como pesquisador em História do Pensamento Econômico: por volta de 1865, William Stanley Jevons, um dos grandes pais da Teoria Marginalista Neoclássica, que você citou na pergunta acima, escreveu um livro curiosíssimo chamado *The Coal Question*, no qual ele fez uma análise do papel do carvão na Revolução Industrial Inglesa. Ele demonstrou estatisticamente que o crescimento acelerado do consumo de carvão levaria a um aumento do custo de produção e, portanto, levaria a economia europeia e mundial a uma estagnação crônica e secular.

Era um exercício de extrapolação rigoroso, mas que o levou a estimar que, se o consumo de carvão continuasse crescendo no ritmo como vinda ocorrendo, desde o final do Século 18 até meados do Século 19, seria apenas uma questão de tempo até que ficasse cada vez mais caro produzir carvão. Ou seja, com base na lei dos rendimentos decrescentes, a dificuldade de exploração e a escassez do recurso natural carvão condenariam o mundo a um período secular de estrangulamento econômico.

O que ele propõe, então? Vamos economizar carvão! Vamos conter um pouco essa escalada de modo a retardar o estado estacionário. Você olha isso hoje e percebe o problema que, por razões compreensíveis, Jevons não era capaz de identificar. Poucas décadas depois, veio a Segunda Revolução Industrial, que introduziu a eletricidade e o petróleo. E o mundo deixou de ser tão dependente de carvão como vinha sendo, pois houve uma mudança tecnológica que renovou toda a base de recursos naturais disponíveis para o processo econômico. E o prognóstico de Jevons em relação à questão do carvão ficou completamente obsoleto e anacrônico.

Ao sacrificar o consumo e bem-estar hoje, em nome de preservar gerações futuras, podemos estar cometendo um equívoco da mesma natureza. Nós não sabemos qual vai ser a mudança tecnológica, ou a nova base de recursos e nem mesmo a situação de gerações futuras – ainda mais num período de mudanças tão rápidas como agora.

Eu estou falando algo um pouco contraintuitivo, porque todo mundo gosta de pensar “não, é preciso preservar...”, mas é bom também ter um pouco de humildade e de cautela, porque as decisões que tomamos agora podem se revelar desnecessariamente punitivas em relação a nós, sem beneficiar de fato nossos descendentes. E onde é que isso se complica, enormemente, no mundo contemporâneo?

Na questão da biodiversidade. E na questão de destruição de biomas, que são irreversíveis, uma vez devastados, como, por exemplo, a Amazônia. Porque, nesse caso, não estamos falando de alguma coisa que é passível de substituição, mas, sim, de um patrimônio que não tem como ser recuperado, uma vez perdido.

E, nesse ponto, você introduz um elemento que é realmente perturbador e que vem merecendo, dos principais economistas do mundo, uma atenção e um cuidado muito especial, que é a questão da biodiversidade, dos biomas e dos ecossistemas que, como dito, uma vez perdidos, jamais poderão ser restaurados.

Partha Dasgupta, que é um economista de primeiríssima linha, acaba de dedicar um enorme esforço de pesquisa a pensar realmente, do ponto de vista econômico, o valor da biodiversidade.

E aí surgem questões que são mais filosóficas do que propriamente econômicas: será que vale a pena preservar a baleia azul, mesmo que ninguém desfrute da sua existência? Mesmo que nenhuma consciência humana aprecie ou atribua valor experiencial à sua existência? Será que o mundo natural tem valor intrínseco, em si, e é alguma coisa a ser preservada, independentemente da nossa consciência humana e da nossa capacidade de desfrutar desses elementos naturais?

Ou será que a única coisa que conta no mundo são realmente estados de consciência humana e todo o valor que existe no universo depende da capacidade humana de atribuição de valor? Essa é uma questão filosófica espinhosa e vem sendo discutida desde os gregos, desde Aristóteles. Eu posso dar dois exemplos:

Os economistas clássicos liberais imaginavam que um dos argumentos em defesa da existência de uma autoridade estatal era que ela teria mais capacidade de nos proteger, enquanto sociedade civil, da nossa miopia temporal. O ponto de vista do soberano, a autoridade estatal, seria capaz de melhorar a nossa capacidade de escolha intertemporal.

Este argumento está em David Hume e está na Economia do Bem-Estar, de Arthur Pigou. No entanto, a experiência mostra que não é tão simples assim, porque pressupõe a existência de um déspota esclarecido – essa ideia de que o Estado é capaz de nos proteger de nós mesmos, nas escolhas intertemporais, tendo as gerações futuras e o longo prazo em seu horizonte decisório.

O que nós sabemos das democracias ocidentais é que o horizonte decisório imposto pela obrigatoriedade de eleições periódicas fica muito encurtado pelo primado de se favorecer eleitoralmente os incumbentes ou uma certa corrente de poder. Então, esta ideia de que o Estado é, naturalmente, adepto de uma visão longa e de uma capacidade de escolha mais estruturada no tempo, também não é uma coisa que se possa assumir - ou dar como pressuposto.

Toda a corrente de pensamento da chamada escolha pública mostrou que os agentes do setor público estão, muitas vezes, sujeitos às mesmas pressões e “curto prazismo” dos agentes do setor privado – e acabam fazendo enormidades para maximizar interesses restritos e de prazos muito curtos em detrimento de escolhas mais longas.

Pois bem, Braga, por tudo que falamos, não temos uma resposta... não há um número mágico, que seria a taxa de desconto racional a ser aplicada no tempo para preservar as gerações futuras. Aliás, a ideia de que isso possa ser reduzido a um número só poderia ter saído da cabeça de um economista. Porque não há um número para isso.

**Carlos:** Muito bem...

**Eduardo:** Só para terminar, tem uma coisa que nos prejudica no Brasil e que é uma deficiência nossa: nós somos “curto prazistas” incomparáveis. Tudo o que diz respeito a sacrifícios no presente, tendo em vista benefícios futuros, é extraordinariamente difícil de ser alcançado na vida brasileira. Pode incluir aí saneamento básico, educação, preservação ambiental, poupança, previdência, metrô, infraestrutura – tudo que remete a algum tipo de sacrifício no presente, para conquistar benefícios futuros, é extremamente complexo numa cultura que é incrivelmente afeita ao desfrute do momento que passa, que é, como disse, uma característica brasileira desde sempre.

Nós somos imbatíveis no “doce sentimento da existência”, como dizia Rousseau, e na possibilidade de desfrute todas as vezes que a vida nos oferece alguma possibilidade. Mas pagamos um preço muito alto por isso – que é essa incapacidade crônica de estruturar escolhas no tempo de um modo minimamente responsável. Por exemplo, como explicar que chegamos ao Século 21 sem saneamento básico universalizado? Metade dos domicílios brasileiros não tem coleta de esgoto.

Nós tivemos autoritarismo, democracia, esquerda, direita, populistas, monetaristas – tudo o que você puder imaginar, mas o fato é que chegamos ao Século 21 sem resolver um problema muito elementar como a coleta de esgoto. Porque esse é o tipo de escolha difícil para os governantes, pois eles não vão colher os benefícios durante seu mandato. E a população que está sujeita a isso nem tem noção da gravidade dessa situação. E a coisa vai indo, vai indo e vai indo... você tem uma sucessão de regimes políticos e de orientações de governo, mas o problema sempre persiste.

**Carlos:** Muito interessante. Em relação a um aspecto que você levantou, que é a questão da tecnologia e o que vai acontecer no futuro, eu gosto sempre de citar o caso ocorrido em

1898, em Nova York, quando houve uma reunião exatamente para discutir o grande problema do momento que era a poluição do esterco dos cavalos. Havia 150 mil cavalos em Nova York, que produziam cerca de 45 mil toneladas de esterco por mês. Houve a discussão sobre o que fazer, sobre as prioridades, mas ninguém tinha uma solução. Quinze anos mais tarde, isso deixou de ser um problema, quando entraram os carros; em pouco tempo, havia mais automóveis do que cavalos nas ruas, e isso deixou de ser um problema...

**Eduardo:** Que passou a ser a poluição...

**Carlos:** Sim, mas outro tipo de poluição, não é? E hoje nos preocupamos com o debate sobre os carros elétricos etc.

**Eduardo:** O que já está gerando outro problema, que é o que fazer com as baterias, com os resíduos de lítio, de níquel e de cobalto.

**Paulo:** Eduardo, há uma questão que, aparentemente, parece muito singela, embora talvez seja muito mais complexa. Hoje, há um certo consenso entre economistas e entre empresários progressistas de que o capitalismo só sobreviverá se conciliar o aumento da renda, ou seja, o crescimento e a geração de riqueza, com algum tipo de controle ou de restrição, visando a uma economia de baixo carbono e com inclusão social, num contexto de capitalismo de *stakeholders* ou capitalismo humano...

Porém, o que me preocupa é o seguinte: na base das decisões de alocação de recurso e de maximização de lucro, está a ideia do interesse individual ou de uma visão utilitária das coisas. Você acredita que essa mudança no capitalismo seria necessária? Faz sentido imaginar uma outra ética, que estimula as decisões individuais, pensando do ponto de vista das tomadas de decisões por parte das empresas?

**Eduardo:** Eu tenho um problema anterior a essa formulação, que remete ao uso do termo *capitalismo*. Será que faz sentido usar o mesmo termo para descrever o sistema econômico existente no mundo desde o Século 16? Aliás, quem inventou o uso dessa palavra? E como ela se fixou na nossa imaginação e no nosso mobiliário conceitual? Você pode procurar: nenhum economista clássico, como Adam Smith, Ricardo, John Stuart Mill, Malthus, Senior, usa a palavra capitalismo.

Essa personificação do sistema econômico em um termo é algo que veio do pensamento alemão, com Marx e Weber. Eu tenho sérias dúvidas sobre o uso do mesmo termo para denotar a ordem econômica do mundo desde o Século 16, do chamado “capitalismo comercial ou colonial”, até hoje. Aliás, sou um veterano das “últimas fases do capitalismo”. Eu já vi o “capitalismo” estar prestes a desaparecer dezenas de vezes... (risos)

**Paulo:** Exato.

**Eduardo:** Eu tirei essa palavra do meu vocabulário. Não sei o que está na cabeça de alguém quando usa o termo “capitalismo”. Será que se refere ao capitalismo de Marx ou ao de Weber? Ao de Hayek ou ao de Zizek? Sei o que é mercado e sei o que é planejamento central. “Capitalismo”, francamente, eu não sei.

Mas os problemas que você coloca são fundamentais. O processo decisório das empresas deve ficar restrito, como propõe Milton Friedman, a maximizar o lucro para os proprietários do capital ou ele deve incorporar outros elementos que podem implicar menos lucro no curto prazo e mais respeito a outros valores no processo decisório? Eu não tenho dúvida de que



a segunda opção é o caminho. Mas como incorporar isso ao contexto decisório do mundo empresarial?

Num ambiente muito competitivo, a questão é complexa, porque uma empresa que abre mão do seu retorno imediato, em prol de outras coisas que não são tangíveis, monetariamente inclusive, pode, numa competição muito acirrada, perder a adesão do mercado de capitais a ela, uma vez que acionistas querem lucro.

Deixa eu fazer uma especulação bem rápida: o que eu acho difícil de aceitar num mundo como o que temos hoje, o mundo econômico? Estamos num tipo de convivência em que você só tem direito de existir se despertar desejos de consumo nos outros pelo que você faz.

A gente passa a vida inteira buscando insuflar e cutucar o público para que ele deseje aquilo que você é capaz de oferecer. E se você encontrar uma coisa que só você é capaz de oferecer, algum tipo de situação monopolista, então, você está feito. Porque você tem na mão uma mina de ouro, enquanto esse monopólio prevalecer como exclusividade sua. Agora, isso nos levou para um caminho muito preocupante, do ponto de vista da realização humana e também da preservação da integridade da natureza, do mundo natural.

Vejamos o caso americano: eles são melhores do que ninguém nessa capacidade de despertar desejos e afãs de consumo nos outros, e todos vivem o tempo todo fazendo coisas que todos desejam e pelas quais estão dispostos a pagar. O americano de renda mediana está no meio da distribuição de renda, mas ele está exatamente entre os 5% mais ricos do planeta. Por qualquer parâmetro, ele é uma pessoa de uma prosperidade inacreditável. Mas, na sua própria sociedade, ele é considerado um *loser*, um fracassado, um mediano ou um ressentido. Onde vai parar isso?

Vejamos a questão ambiental: sabemos que a população mundial chegou a oito bilhões de habitantes, mas, quando esse cálculo foi feito, eram sete bilhões de habitantes. Você tem, no topo da pirâmide, um bilhão de pessoas que são responsáveis pela metade da emissão de gases de efeito estufa. Metade! E você tem, no meio do caminho, três bilhões – a classe média mundial – responsáveis por 45% das emissões de gases. E, na base da pirâmide, mais três bilhões, responsáveis por 5% das emissões.

E a que toda humanidade aspira? Quem está na base quer ser classe média; quem é classe média quer estar no topo, junto ao um bilhão do vértice dessa pirâmide. Mas isso não é possível, pois não há evolução tecnológica concebível que permita fechar essa equação, na minha modesta avaliação. E para onde isso está nos levando, do ponto de vista de realização pessoal?

Outro dia, vi um texto na *The Economist*, que tenho citado muito, baseado no trabalho de Angus Deaton, um economista britânico que publicou um livro chamado *Mortes por Desespero*. Olha que coisa incrível: hoje, um jovem de 15 anos, do sexo masculino, tem mais probabilidade de morrer, antes dos 50 anos de idade, nos Estados Unidos do que em Bangladesh.

Por que isso? Por mortes por desespero, ou seja: por abuso de opioides, abuso de drogas, alcoolismo e suicídio. Então, o que a sociedade mais próspera, mais pujante, mais inovadora e tecnologicamente mais avançada do mundo nos oferece é uma situação em que as pessoas morrem por desespero, por falta de horizonte, em plena juventude.

Eu denomino isso de *crise da ecologia psíquica*. Assim como a gente está destruindo o mundo natural aí fora, é possível que a gente esteja fazendo alguma coisa da mesma ordem de gravidade em relação ao psiquismo humano, neste ambiente de altíssima pressão competitiva e de uma lógica em que, se você é um mediano entre os 5% mais ricos do planeta, você é um *loser* total. Ou seja, você não se respeita, e a sua sociedade não o respeita, porque você não é um ganhador, não é um vitorioso. E acaba votando no Trump!

É essa gente que está morrendo por desespero e que não suporta ser perdedora. E o que Trump oferece a elas? “Vamos fazer a América grande de novo”! Ele atende a esse ressentimento, pois os grandes eleitores de Trump são os setores industriais decadentes do meio-oeste, aquela gente que é *loser*.

Então, Paulo, os problemas que você coloca são extremamente desafiadores, mas temos de ter cuidado para não imaginar que vamos ter uma nova ética ou um novo sistema econômico, pois não se muda a ética assim. Se não é “capitalismo”, seja lá como isso é entendido, então, é o quê?

Marx nos acostumou a pensar nessa autoestrada dos modos de produção. É uma coisa encantadora, pois você tem a história da humanidade na palma da sua mão. O modo de produção antigo, substitui o modo de produção tribal. Depois, veio o feudalismo, e tivemos a transição para o capitalismo e para as suas diferentes fases. Vem então o socialismo, o comunismo e, de repente, a história da humanidade cabe na palma da sua mão! Isso não existe. Isso é um mobiliário intelectual e conceitual que já caducou.

A gente tem de pensar diferente. Desse modo, a minha reação a essa colocação é a seguinte: o problema é genuíno e tem de ser pensado, mas temos de tomar cuidado com o modo como formulamos a possibilidade de enfrentamento. “A filosofia”, como lembra Wittgenstein, “é uma batalha contra o enfeitiçamento da nossa inteligência pela linguagem”.

**Paulo:** Muito bom...

**Eduardo:** Estou buscando um tempo para escrever um ensaio sobre “a morte do capitalismo”, o capitalismo como conceito. Quero contar a história desse termo, como ele entrou na linguagem e como se tornou um pau para toda obra.

**Paulo:** Nessa linha, você pode considerar também o termo desenvolvimento, com o qual também ocorreu algo assim. Ele surgiu no pós-guerra e foi recebendo adjetivos: desenvolvimento econômico, depois, desenvolvimento social, e, agora, desenvolvimento sustentável. Exatamente a mesma coisa.

**Carlos:** Isso me remete a uma lembrança de 1987, quando ocorreu uma crise na Bolsa de Nova York. Houve um programa de debate numa emissora de TV aqui no Brasil, do qual participei para discutir o que tinha acontecido na Bolsa. E um dos participantes no debate começou a sua intervenção dizendo: isso é o fim do capitalismo!

**Eduardo:** Eu me lembro, dessa mesma época, de uma outra expressão que também me marcou: “Isso é o muro de Berlim do neoliberalismo”. E Schumpeter tem uma impagável, quando ocorreu um terremoto devastador em Tóquio, em 1924. Ele escreveu: “Essa é uma catástrofe lamentável, mas pelo menos um mérito ela tem: ninguém vai poder acusar o capitalismo por esta tragédia!” (risos)

**Aldemir:** Eduardo, a próxima pergunta tem inspiração de uma discussão que está sendo levada à frente por algumas pessoas; talvez, a referência maior seja o economista norte-americano Samuel Bowles, que escreveu o livro *A Economia Moral*. Ele discute essas questões do utilitarismo e da ética colocadas pelo Paulo. Essas pessoas estão refletindo sobre a distinção que os modelos econômicos, em geral, fazem dessa dualidade entre o Estado e o mercado – ou o que vai para o mercado e o que é do Estado etc.

Eles discutem os valores do Estado, do mercado e também da sociedade civil. E eles imputam à sociedade civil valores como altruísmo, justiça e outras questões, trazendo alguns exemplos recentes. Entre eles, a questão da Covid-19 e de como muitas das soluções não se limitaram a essa dualidade, pois a sociedade civil também teve um papel importante. No Brasil, vimos muito isso, como alimentação levada a favelas e outras iniciativas.

Pois bem, eles colocam uma ideia que nos parece muito interessante: hoje, você tem um espaço, talvez um pouco diferente, que deveria considerar esta tríade — governo, mercado e sociedade civil – atuando mais de forma complementar. Nós temos trabalhado, na FDC, na iniciativa Imagine Brasil, com a ideia da governança colaborativa.

Nesse contexto, considerando também o que o Paulo falou sobre desenvolvimento, como você vê essa tríade no desenvolvimento da sociedade?

**Eduardo:** Eu tenho uma enorme simpatia por essas iniciativas de auto-organização voluntária, que não são nem mercado puro e nem só Estado. Uma das instituições que os economistas deixaram de lado, mas que pertence a esse universo ao qual você se reporta – e que me parece de enorme importância para nossas vidas e nosso futuro – é a família enquanto instituição econômica.

Nós costumamos imaginar que a educação formal, a escola, é o *locus* por excelência da formação de capital humano e, em grande medida, ela realmente o é; mas, em função de tudo o que aprendemos sobre o desempenho escolar, também aí a presença da família no dia a dia da criança parece ser de fundamental importância no aprendizado e no desenvolvimento das suas faculdades cognitivas.

Aliás, há muito o que ser dito sobre isso que você levantou em relação à auto-organização da sociedade civil. Não tenho dúvidas de que esse debate é sempre bem-vindo, pois a esse universo pertencem também as associações de classe, os sindicatos, as igrejas, as Organizações da Sociedade Civil, as ONGs.

Você tem aí um universo muito grande de arranjos institucionais. Nas cooperativas, que por sinal representam um modelo que John Stuart Mill adorava, não há uma divisão entre capital e trabalho, mesmo com elas inseridas na economia de mercado.

Eu adoro os sistemas cooperativos. Acho também interessantíssimo o arranjo institucional deles, que não dissocia totalmente, como dito, os donos dos meios de produção, que estão de um lado, e a força de trabalho, que está do outro, numa relação contraditória e de competição hostil permanente.

Precisamos realmente arejar um pouco nossa reflexão sobre o que se passa na economia, levando em conta a existência dessa pletora de arranjos institucionais possíveis e que não se reduzem certamente a esses dois polos – da economia de mercado pura, com o capital e o trabalho totalmente dissociados de um lado, e do Estado puro na outra ponta.

De um modo geral, eu prefiro as trocas e as ações voluntárias do que as imposições. E adoro lembrar que a palavra *imposto* não é gratuita, mas sim algo impositivo, e não uma escolha que você faz. É algo legalmente obrigatório, pois o Estado vive de coleta de pagamentos impostos por parte da população.

Eu não gosto desse tipo de transação e acho que seria melhor se as coisas ocorressem voluntariamente. Mas também seria ingenuidade imaginar que as obrigações e as funções típicas do setor público pudessem ser substituídas integralmente por associações voluntárias. Acredito que podemos fazer um somatório entre elas.

Na medida em que há mais associações voluntárias, menos vamos precisar de imposição, com o Estado se arvorando e fazendo – normalmente mal – essa atividade que reconhecemos necessária de proteção social, como, por exemplo, o financiamento do ensino para quem não tem recursos e tudo o mais.

Por sinal, estou muito preocupado com essa história de se perpetuarem, sem muito critério, vide a explosão de famílias unipessoais, os programas de transferência de renda que foram criados, excepcionalmente, durante a pandemia. Francamente, acho isso uma maluquice. É evidente que você precisa ter, num momento de crise e de emergência, como foi a pandemia, um programa muito amplo e generoso de suporte de renda. Agora, você perpetuar isso indefinidamente no tempo... Hoje, você tem 20,7 milhões de famílias recebendo o Auxílio Brasil, o que representa, por baixo, 60 milhões de brasileiros dependendo de transferência de renda por parte do Estado.

**Paulo:** Isso corresponde, aproximadamente, à população da Colômbia.

**Eduardo:** Se o país tivesse passado por um cataclismo ou um terremoto, se ainda estivesse no meio de uma pandemia ou em uma guerra, ainda vá lá... mas isso vai ser uma forma de vida daqui para a frente? Eu acho muito preocupante.

**Aldemir:** Você falou rapidamente sobre o valor que atribui a essa contribuição voluntária, e existe uma certa percepção de que isso não é tão forte na sociedade brasileira. Você tem alguma percepção sobre isso?

**Eduardo:** Eu converso muito com o pessoal da área de filantropia, como as organizações que lideram doações e iniciativas de grandes filantropos brasileiros. E acho curiosa a cultura que há no país. As pessoas reagem com muita força e até com generosidade em uma situação emotiva ou em uma situação de emergência quando há necessidade. Mas isso não tem continuidade no tempo, pois é algo fugaz e que não se sustenta. No momento de uma grande comoção ou emoção, as pessoas ajudam e se sentem bem assim. Mas isso passa e, de repente, volta tudo ao que sempre foi.

**Carlos:** Eu gostaria de unir duas perguntas em uma. Primeiro, levantar uma questão que está associada a um livro que nós produzimos no projeto Imagine Brasil sobre a importância da produtividade do trabalho para o crescimento econômico, para o qual o Roberto Giannetti contribuiu com um capítulo.

Gostaria de saber sua posição sobre como atacar o fato de, no Brasil, a produtividade do trabalho estar apresentando uma dinâmica realmente medíocre desde a década de 1980, com elevação de menos de 1% ao ano, à exceção, naturalmente, do agronegócio. E isso está também associado à questão que, no seu livro *Trópicos Utópicos*, você chama de idolatria do PIB.

Obviamente, sabemos que há problemas com esse foco exagerado no crescimento econômico e no valor do PIB. Mas, por outro lado, qual seria a alternativa? Sugestões de como utilizar algo que, além do PIB, incorporasse também o valor do lazer ou o valor da conservação ambiental seriam alternativas importantes?

**Eduardo:** Vamos começar falando um pouco desse tema crucial, na ótica econômica, que é PIB per capita, ou produção média por habitante. A pergunta que os economistas formulam, desde sempre, é a seguinte: por que o trabalho de um ano de um cidadão de um país de alta renda gera um valor econômico tão superior ao trabalho de um ano de um cidadão de um país de baixa renda?

Em outras palavras, trazendo a questão para o mundo de hoje: o trabalho de um ano de um alemão, de um canadense, de um japonês gera um valor econômico que é cerca de cinco ou seis vezes maior do que o de um cidadão do México, do Brasil ou da Turquia. E nove ou dez vezes maior do que o de um trabalhador do Paquistão, da África subsaariana ou de um outro país de baixíssima produção média por habitante.

O que explica esse fosso no resultado de um ano de trabalho de um cidadão? Claramente, não é o tempo que a pessoa trabalha. É bastante plausível imaginar até que o cidadão do país de baixa renda e de renda média trabalhe mais horas diariamente do que o cidadão do país de alta produção média por habitante. Ou seja, não é a questão do número de horas ou da extensão da jornada de trabalho. Acho que, até aí, é tranquilo afirmar isso. Mas, o que é, então?

Eu acredito que temos, fundamentalmente, duas frentes aqui: primeiro, o estoque de capital por trabalhador, desde que se entenda por capital não apenas o capital físico, como máquinas, equipamentos, infraestrutura, tecnologia, mas também o capital humano, como qualificação, formação profissional e capacidade de usar a inteligência para alcançar resultados econômicos.

Trata-se da diferença entre você acordar de manhã e pegar uma enxada ou acordar e pegar um trator. É lógico que os resultados de um dia de trabalho daquele que usa a enxada e daquele que utiliza o trator serão totalmente diferentes. Ou, ainda, se você acordar de manhã e for para uma mesinha de camelô ou levantar e ir para um supercomputador e gerar uma inovação tecnológica que vai elevar, de forma exponencial, a produtividade na siderurgia, por exemplo.

E temos de levar em conta também o capital humano. Robert Fogel e Gary Becker têm uma estimativa que eu acho impressionante: do estoque *total* de capital norte-americano, cerca de dois terços, hoje, correspondem ao capital humano. Ou seja, é resultado do investimento feito em pessoas, escolas, famílias, empresas, universidades, pesquisa, desenvolvimento e tudo o mais.

Na história do pensamento econômico, parece bastante clara a evolução de um mundo em que o determinante era o capital físico – que é o mundo da Primeira Revolução Industrial, ou o mundo dos economistas clássicos –, para um mundo em que o pêndulo começou a se deslocar da predominância do capital físico para o capital humano. Esse é o mundo da Segunda Revolução Industrial, na virada do Século 19 para o Século 20.

O economista inglês Alfred Marshall, o grande pai da teoria moderna do capital humano, foi quem primeiro colocou isso no centro da teoria econômica. Ele chega a afirmar,

textualmente, nos seus *Princípios de Economia*: “O mais valioso entre todos os capitais é aquele investido em seres humanos”. Isso não é uma afirmação humanitária ou caridosa, mas é uma realidade econômica. E ele, na virada do Século 19 para o Século 20, já tinha perfeitamente clara essa percepção da centralidade do capital humano no estoque de capital de uma economia avançada e de altíssima produtividade.

Então, a primeira variável fundamental que temos de levar em conta é o estoque de capital por trabalhador. É a diferença entre uma pessoa iletrada, que trabalha com as mãos, e uma pessoa técnica e bem formada, trabalhando com o que de melhor a tecnologia pode oferecer para multiplicar o resultado da sua atividade e da sua hora de trabalho. Isso é algo que considero bem estabelecido.

A segunda variável, tão importante quanto a primeira, é a eficiência alocativa, pois não basta ter um enorme estoque de capital físico e humano. Os recursos produtivos precisam ser direcionados para as atividades onde eles dão o maior resultado e o melhor retorno. A questão da eficiência alocativa é algo mais da esfera de competência do economista e, menos, do engenheiro.

É preciso saber se o sistema premia a inovação e o redirecionamento permanente dos fatores produtivos dos setores onde eles são menos rentáveis para os setores onde eles são mais rentáveis. Para que isso não fique totalmente abstrato, vamos dar um exemplo que equivale a um verdadeiro laboratório – e chega a ser inacreditável que isso tenha acontecido. Estamos falando das trajetórias das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra Mundial.

Ao final do conflito, todo o estoque de capital físico das duas Alemanhas estava reduzido a pó, pois não sobrou praticamente nada. Você tem, dos dois lados, o cidadão alemão, com o seu passado, a sua cultura e a sua formação. Ou seja, você tem condições iniciais praticamente idênticas, em termos de estoque de capital físico e de capital humano, mas com dois modelos polares de organização do sistema econômico.

Do lado ocidental, há uma economia de mercado muito voltada para o mercado externo e, do outro lado, a economia de planejamento central mais autárquica de todo o Leste Europeu. Eles fizeram um modelo de planejamento central mais ortodoxo do mundo soviético, com planejamento rigoroso, métricas quantificadas e cumprimento exemplar.

Bem, os dois lados colocaram tudo para funcionar. O que é que acontece no espaço de duas gerações? As duas Alemanhas se tornam as mais prósperas dos seus respectivos blocos: a Ocidental tem o maior PIB per capita da Europa Ocidental e, a Oriental, apresenta o maior PIB per capita de todo o bloco comunista – maior que o da Hungria, da Polônia, da União Soviética e dos demais países do bloco.

Certa vez, ouvi uma piada na Europa, segundo a qual “o alemão faz qualquer sistema funcionar”, tanto na economia de mercado quanto na de planejamento central. Mas isso não se mostrou verdadeiro! Eu ainda me lembro que, quando caiu o Muro de Berlim, os auditores foram medir a produção média por habitante. E qual era a diferença? Era de *um para seis!* Um ano de trabalho de um alemão ocidental gerava um valor econômico seis vezes maior do que o mesmo tempo de trabalho de um alemão oriental.

Isso porque, na Alemanha Ocidental, os fatores de produção estavam sendo permanentemente redirecionados para os setores onde eram mais produtivos. Você tinha

um incentivo permanente para a inovação, para a descoberta e para produzir da forma mais eficiente e produtiva, independentemente de qualquer critério que o Estado determinasse.

Já na Alemanha Oriental, qualquer investimento realizado, por menos rentável e produtivo que fosse, se perpetuava. Não havia o *feedback* que o mercado oferecia para você repensar o investimento mal feito. Eu me lembro do tempo em que se gabava que o planejamento central era um mundo em que não havia desperdício, porque nele não existia falência. “Imagine uma empresa desse tamanho quebrar ou desaparecer? Olha que desastre!”, diziam os adeptos do plano central.

Pois bem: é exatamente isso que faz a economia de mercado ser tão poderosa. Se o investimento não passa no crivo da criação de valor socialmente reconhecido, ele desaparece. E isso é aparentemente doloroso, mas libera os recursos para outra tentativa, onde eles serão eventualmente mais produtivos e socialmente reconhecidos. Na Alemanha Oriental, não havia esse *feedback*. E isso não levando em conta também a questão da inovação, pois bastava comparar os produtos da Alemanha Oriental e os da Alemanha Ocidental para perceber a diferença, como no caso de um automóvel, um telefone ou o que seja.

Então, essa questão, aparentemente abstrata, da eficiência do sistema econômico e da eficiência alocativa é fundamental. Se o Brasil tem uma produtividade que não cresce há tanto tempo, é porque estamos muito mal, e isso tanto na dimensão de estoque de capital por trabalhador como na dimensão da eficiência alocativa.

Há um trabalho espetacular do Edmar Bacha no qual ele coloca o seguinte: nos últimos 70 anos, só 12 países no planeta venceram a armadilha da renda média. E todos eles, sem exceção, conseguiram isso aumentando a exportabilidade do PIB. Ele cita três categorias de países.

A primeira é formada pelos que aumentaram a exportação de manufaturados para o mundo, como Israel, Coréia do Sul e os Tigres Asiáticos em geral. A segunda é composta pelos países que aumentaram a exportação de serviços, como o turismo e remessas unilaterais, ou seja, trabalhadores desses países que moram fora remetem de volta para seus país de origem a sua poupança, como fizeram os do bloco da periferia da Europa, como Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda. Todos eram de renda média e, hoje, são de alta renda.

A terceira categoria engloba países que aumentaram a exportação de commodities. E não há nada de errado nisso, se for tudo bem feito. Estamos falando, por exemplo, de Austrália, Nova Zelândia e Noruega, que aumentaram a exportação de energia, minérios, produtos agrícolas e assim por diante.

Vejam que não há exceção. E eu acho incrível esse resultado, porque não há precedente de país que venceu a armadilha da renda média sem aumentar a exportabilidade do PIB, o que, obviamente, é uma via de mão dupla. Você não vai ficar muito bom, a ponto de conseguir vender para o mundo, se não tiver os insumos e a tecnologia que o mundo pode lhe oferecer e que o tornam altamente competitivo.

Então, você aumenta a sua presença no mundo também comprando mais no exterior – por isso a via de mão dupla. Eu acredito, sinceramente, que o Brasil pode avançar nas três dimensões – manufatura, serviços e commodities – também. A questão do turismo no Brasil, por exemplo, é um escândalo, porque o mercado pede para que ele se amplie em escala

global, e isso não acontece. Nós temos sol o ano inteiro e belezas naturais incomparáveis, mas não conseguimos ainda nos inserir para valer no fluxo de serviços, como fizeram Espanha, Portugal e Grécia – e como faz a Itália.

O Brasil tem, hoje, cerca de 3% do PIB mundial, mas nossas exportações não chegam a 1% do total mundial. Ou seja, ainda somos um dos países mais fechados do mundo. O exemplo da Alemanha Ocidental deixa muito claro que participar como ator relevante das trocas internacionais obriga o país a ser igualmente produtivo. Não tem como escapar disso. Se você quer vender lá fora, o mundo não vai comprar porque você agrada ou é simpático. O mundo quer a combinação de preço e qualidade, e você tem que ser muito bom para conseguir isso, oferecendo a combinação que outros não conseguem ofertar. Só assim o mundo vai preferir comprar de você.

E os alemães ocidentais fizeram esse jogo com extraordinária competência, pois capital físico e capital humano ajudam muito e têm de ser parte da equação. Agora, imaginar que só acumular capital é suficiente para dar conta do recado é um grande erro – e essa foi uma das grandes lições do Século 20. O estoque de capital da Alemanha Oriental era significativo, pois eles eram bons nisso, mas não bastou.

Ou seja, o estoque de capital humano pode ser espetacular, mas o jogo emperra se não houver incentivos no sistema econômico direcionando os recursos para onde eles dão resultado econômico e criam um valor socialmente reconhecido. Como disse, é dessa combinação que vêm os resultados necessários para um país migrar da renda média para a alta.

Por fim, uma última indagação, voltando para o início da nossa conversa: até que ponto nós, brasileiros, estamos dispostos a trocar amenidades da nossa convivência em prol de uma furiosa acumulação de capital e de uma furiosa pressão competitiva de mercado? Eu não posso responder pela cultura à qual pertencemos, mas eu tenho a impressão de que não queremos ir longe demais neste caminho.